



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



AW

Nº 70022554737

2007/CÍVEL

AÇÃO DIRETA  
INCONSTITUCIONALIDADE

DE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70022554737

COMARCA DE PORTO ALEGRE

PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO -  
PMDB

PROPONENTE

CÂMARA DE VEREADORES DO  
MUNICÍPIO DE NOVO CABRAIS

REQUERIDO

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO  
CABRAIS

REQUERIDO

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

INTERESSADO

## DECISÃO

Vistos.

1. Trata-se de pedido de liminar, em ação direta de inconstitucionalidade, apresentado pelo **PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB**, a fim de que suspensos os efeitos do artigo 10, parágrafo 2º, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Novo Cabrais, e artigo 14, parágrafo 7º, da Lei Orgânica Municipal, que, em afronta às Constituições Federal e Estadual, estabelecem que o mandato da mesa diretora será de um ano, iniciando e terminando no respectivo ano da sessão legislativa.

Juntou os documentos de fls. 24/36

Intimado a comprovar sua representação na Câmara de Vereadores do Município de Novo Cabrais (fl. 39), o proponente juntou os documentos de fls. 42/58.

Vieram conclusos

Número Verificador: 7002255473720071716322



AW

Nº 70022554737

2007/CÍVEL

2. Ainda que no passado tenha defendido entendimento no sentido da impossibilidade do fracionamento do mandato em período inferior a dois anos, como se vê da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70017579822, julgada em 21/05/2007, da qual fui relator, restei vencido pela douta maioria deste Órgão Especial, decidindo-se, então, pela admissibilidade dos mandatos das mesas diretoras das Câmaras de Vereadores pelo prazo de um ano.

Pelos fundamentos expostos naquela decisão, estou em rever minha linha de entendimento para aderir à vertente de decisões que, nos seguintes termos, firmou posição:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEGITIMIDADE ATIVA DA MESA DIRETORA E REGULARIDADE DA REPRESENTAÇÃO. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TEUTÔNIA. MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES. MANDATO. DURAÇÃO. AUTONOMIA MUNICIPAL. O prazo de 2 (dois) anos assinalado no § 4º do art. 57 da Constituição Federal, bem como no §4º do art. 49 da Carta Estadual, deve ser interpretado com prazo máximo, nada obstando que o mandato das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais seja fixado em 1 (um) ou 2 (dois) anos, consoante dispuser a Lei Orgânica. Preservada a autonomia municipal no tocante. PRELIMINARES REJEITADAS. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. POR MAIORIA. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70017579822, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator Vencido: Arno Werlang, Redator para Acórdão: Luiz Felipe Silveira Difini, Julgado em 21/05/2007)**

Saliento, ademais, que, com base no entendimento majoritário desta Corte, insistir no meu posicionamento anterior, além de ir contra a vontade do parlamento municipal, seria contraproducente.

Por todo o exposto, INDEFIRO A LIMINAR.



AW

Nº 70022554737  
2007/CÍVEL

Notifiquem-se o Senhor Prefeito Municipal, bem como o Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Novo Cabrais para prestar informações.


Cite-se a Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul.

Intimem-se.

Após, vista ao Ministério Público.

Porto Alegre, 28 de dezembro de 2007.

**DES. ARNO WERLANG,**  
**Relator.**

 <p>Confere Original eletrônico www.tj.rs.gov.br</p>	<p>Número Verificador: 7002255473720071716322</p> <p>Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:</p> <p>Signatário: ARNO WERLANG Nº de Série do certificado: 1B08E44EEBC77A3F Data e hora da assinatura: 28/12/2007 15:40:56</p>
---	---